

Circular nº 553/2025

Brasília, 19 de dezembro de 2025.

Às Seções Sindicais, às Secretarias Regionais e às(aos) Diretoras(es) do ANDES-SN

Assunto: Envia relatório da reunião do GTPCEGDS, realizada nos dias 22, 23 e 24 de novembro de 2025.

Companheiras(os),

Encaminhamos, para conhecimento, o relatório da reunião do Grupo de trabalho Política de Classe para Questões Étnico-raciais, Gênero e Diversidade Sexual (GTPCEGDS) realizada nos dias 22, 23 e 24 de novembro de 2025, na sede do ANDES-SN, em Brasília (DF).

Sem mais para o momento, renovamos nossas cordiais saudações sindicais e universitárias.

Prof.^a Fernanda Maria da Costa Vieira
Secretária-Geral

RELATÓRIO DA REUNIÃO DO GRUPO DE TRABALHO POLÍTICA DE CLASSE PARA QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS, GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL (GTPCEGDS)

Lista de Presença

Coordenação: Caroline de Araújo Lima (UNEB); Emanuela Rútila Monteiro Chaves (UERN); Gracinete Bastos de Souza (UEFS); Leticia Carolina Nascimento (UFPI) e Maria Raquel Garcia Vega (UENF).

Seções Sindicais: Amanda Bezerra de Sousa Pino (ADUFC), Iguatemi Santos Rangel (ADUFES), Ines de Oliveira Ramos (ADUFES), Maria Cecília Sousa de Castro (ADUFF), Alexsandra dos Santos Oliveira (ADUFF), Susana Maria Maia (ADUFF), Ana Paula Archanjo Batarce (ADUFMS), Kathiúça Berthollo (ADUFPA), Joana Ferreira do Amaral (ADUFPA), Dalva de Cássia Sampaio dos Santos (ADUFPA), Edivania Santos Alves (ADUFPA), Joselene Ferreira Mota (ADUFPA), Adriana Lourenço da Silva (ADUFPEL), Hudson Cristiano Wander de Carvalho (ADUFPEL), Barbara Cristina Mota Johas (ADUFPI), Acacia Batista Dias (ADUFS-BA), Valdilene de Assis Ferreira Gondin (ADUFS-BA), Neli Edite dos Santos (ADUFU), Thiago Sebastiano de Melo (ADUNB), Elizabeth Maria Mamede da Costa (ADUNB), Luana Caetano Thibes (ADUSB), Angelica Conceição Dias Miranda (APROFURG), Tiago Dziekaniak Figueiredo (APROFURG), Renata Bellezani (APUFPR), Talita Lopes Honorato (APUR), Mônica Ribeiro Pirozi (ASPUV), Betânia Araújo Cosme dos Santos (SINDUFAPE), Nilson Pereira de Carvalho (SINDUFAPE), Catia Eli Gemelli (SINDOIF), Giselle Maria Santos de Araújo (SINDOIF), Elisangela de Oliveira Inácio (ADUFPB), Odair Marques da Silva (Univ. Zumbi dos Palmares), Miriam da Silva (-), Iolete Ribeiro da Silva (ADUA) Raquel (SINDUIF), Sandra Nivia soares de Oliveira (ADUFS) e Jacyara da Silva Paiva (ADUFES).

A Coordenação do Grupo de Trabalho de Política de Classe para as Questões Étnico-raciais, Gênero e Diversidade Sexual (GTPCEGDS) convocou a categoria para reunião realizada nos dias 22, 23 e 24 de novembro de 2025, em Brasília (DF), na sede do ANDES-SN. A reunião teve início às 16h do dia 22 de novembro (sábado) e foi finalizada às 13h do dia 24 de novembro (segunda-feira). Aproveitou-se esse momento para

convocar as(os) membras(os) do GTPCEGDS a permanecerem em Brasília e participarem da II Marcha Nacional de Mulheres Negras, que ocorreu no dia 25 de novembro de 2025 (terça-feira). A programação e pauta da reunião foram:

22/11/2025 – SÁBADO (16H ÀS 19H)

- **16h** – Lanche a colhimento;
- **16h30** – Informes da Diretoria;
- **16h45** – Informes das SSind.;
- **17h15** – Debate de Conjuntura Nacional: Por que é urgente uma marcha das mulheres negras no Brasil?
- **19h** – Finalização.

23/11/2025 – DOMINGO (9H ÀS 19H)

- **9h** – Famílias Atípicas e os direitos de docentes nas Universidades, IF e CEFET;
- **12h** – Almoço;
- **14h30** – Resoluções do 68º CONAD;
- **17h** – Lanche;
- **17h30** – O ANDES-SN em marcha por reparação e bem viver!
- **19h** – Finalização.

24/11/2025 – SEGUNDA-FEIRA (9H ÀS 13H)

- **9h** – Propostas para o 44º Congresso do ANDES-SN.

25/11/2025 – TERÇA-FEIRA

- ANDES-SN em marcha com as Mulheres Negras em Brasília! (II Marcha Nacional de Mulheres Negras).

Iniciamos a reunião com os Informes:

16h30 - Informes da Diretoria

- a) Seminário Nacional de Questões Organizativas, Administrativas, Financeiras e Políticas do ANDES-SN, de 28 a 30/11/2025;
- b) **Seminário Nacional sobre Carreira Docente** e para o **V Encontro da Carreira EBTT e das Carreiras do Ensino Básico das IEES, IMES e IDES**, que acontecerá nos dias 5 e 6 de dezembro, na UNICAMP;

- c) Marcha Nacional das Mulheres Negras (número de ônibus, tenda do ANDES-SN e programação);
- d) Reunião com Presidenta da ABRUEM;
- e) Dia 09/12: dia de luta contra a lista tríplice;
- f) Apoio à produção do Documentário sobre Clóvis Moura.

16h45 - Informes das SSind. (em anexo).

Após os informes, participamos do lanche. Às 17h15, retomamos a programação com Debate de Conjuntura Nacional: Por que é urgente uma marcha das mulheres negras no Brasil? Tivemos como Coordenadora Gracinete Bastos e como Relatora Raquel. As(os) expositoras(es) foram Cláudio Mendonça e Caroline Lima. Nas exposições, foi evidenciado que a conjuntura vem sendo marcada por genocídios, tempos de guerra e pelo imperialismo. Devemos continuar lutando para acabar com a PEC do teto de gastos, e a II Marcha Nacional das Mulheres Negras tem um papel importante nessa luta e na conjuntura. Não perder de vista as eleições em 2026 e a necessidade de uma frente contra o fascismo. O papel do ANDES-SN na construção da marcha e na nossa luta para quebrar o pacto da branquitude que persiste em nossas universidades e seções sindicais. Além disso, a esquerda ainda não conseguiu superar esse pacto da branquitude.

A existência de uma política de extermínio e de invisibilização das pautas indígenas, negras, LGBTQIAPN+ e de pessoas com deficiência (PCD). A necessidade de lutarmos pela reparação das vagas negadas para cotistas, considerando que intelectuais negras e negros ainda são marginalizadas(os) em nossas universidades. A letalidade do Estado e da Polícia Militar precisa ser denunciada, e os governos responsáveis por chacinas devem pagar por esses crimes. A necessária luta contra a escala 6x1!

Na atual conjuntura, os dados evidenciam que o racismo institucional permanece. Em 2019, o IBGE divulgou informações que apontaram para o crescimento de pessoas negras e pardas nas universidades, Institutos Federais (IF) e CEFET: eram 52% de pessoas matriculadas que se declararam negras ou pardas. Os dados apontaram para o crescimento da escolaridade da população negra no país na última década. Contudo, as desigualdades permanecem, considerando a proporção de pretas(os) e de pardas(os) de 18 a 24 anos cursando ensino superior passou de 50,5% em 2016 para 55,6% em 2018. Em

contrapartida, o percentual de brancas(os) de mesma faixa etária na educação superior são de 78,8% (IBGE, 2019, p.08). O crescimento não significa a existência de um equilíbrio nesses percentuais.

Além disso, os dados levantados pelo INEP, referentes ao ano de 2022, indicaram que, das(os) 316.792 docentes que atuam na educação superior, **professoras negras representam 26.770 (8,5%);** e professores negros 31.541 (9,95%). A burla por parte das administrações das universidades, IFs e CEFETs à Lei 12.990/2014 impediu que um número significativo de docentes negras(os) ingressasse no serviço público, inclusive na categoria docente. Diante do exposto, no debate ficou explícita a necessidade de debatermos o colorismo, a defesa da reparação das vagas negadas à população negra nos serviços públicos e a pauta pelo fim da escala 6x1. Outro elemento importante foi, na campanha "Sou Docente Antirracista", tratar do genocídio da população negra e da letalidade do Estado.

Em seguida, às 19h – **lançamento do livro infantil das(os) autoras(es) Odair Marques e Fabíola Costa. O título da obra é *ABC da África*. A obra tem como objetivo contribuir para projetos de letramento racial, a partir da Lei 10.639/03.** O autor Odair Marques apresentou a obra, fez o lançamento e sorteu cinco exemplares.

23/11/2025 - Das 9h às 19h

9h – Famílias Atípicas e os direitos de docentes nas Universidades, IFs e CEFETs

Expositoras:

Marcelise Azevedo compõe a AJN do ANDES-SN, é advogada especialista em Direito Previdenciário, aluna especial do Programa de Direitos Humanos da Universidade de Brasília, conselheira da Comissão de Ética da Presidência da República e diretora de Relações Institucionais do escritório Mauro Menezes & Advogados.

Letícia Carolina Nascimento, 2ª vice-presidenta do ANDES-SN, mestra e doutora em Educação (UFPI), é professora do Curso de Pedagogia, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS/UFPI) e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGPsi/UFDPar). É autora do livro *Transfeminismo*, da Coleção *Feminismos Plurais*, coordenada por Djamila Ribeiro, traduzido para o francês com o título *Le transféminisme: genres et transidentités*, pela Éditions Anacaona. É ativista social, atuando como

cofundadora e articuladora do Acolhe Trans e junto à coordenação executiva nacional do Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negras e Negros (FONATRANS).

Coordenação: Maria Raquel Vega; relatoria: Caroline Lima.

Abrimos os trabalhos saudando as pessoas presentes e iniciamos as exposições com a advogada Marcelise Azevedo. A exposição começou com um debate sobre o que é, para o Judiciário, uma família atípica e como esse conceito ainda está em construção, inclusive no campo de acesso a direitos e políticas públicas.

Ainda não temos uma legislação que garanta, de forma efetiva, políticas para as famílias atípicas. Há PLs na Câmara dos Deputados, encabeçados por parlamentares da direita.

A jurisprudência vem trazendo debates e precedentes sobre o que são famílias atípicas e seus direitos. Alguns avanços ocorreram com decisões judiciais que obrigaram os planos de saúde a garantir as terapias para TEAs; o STJ também decidiu favoravelmente às famílias, tanto em relação aos serviços quanto ao reembolso.

Pensando a educação pública: as escolas e universidades ainda têm uma arquitetura inacessível para pessoas com deficiência (PCD); há burocracia do Estado para alterar o formato das instituições públicas de ensino; o Estatuto da Pessoa com Deficiência não está sendo garantido nem para discentes, nem para docentes e técnicas(os). O acesso aos direitos depende, na maioria das vezes, da judicialização, e as decisões são dispersas.

Letícia Carolina apresentou o tema como uma pauta sindical e do GTPCEGDS e GTPE; expôs como o GT Carreira vem pautando esse debate, pensando nos impactos no mundo do trabalho e na carreira docente, bem como nas condições de docentes com famílias atípicas para progredir na carreira, considerando, por exemplo, a redução de carga horária.

As resoluções do ANDES-SN sobre o tema, bem como a necessidade de lutarmos por resoluções internas nas IES que atendam à realidade das famílias atípicas.

Garantia das especificidades de docentes PCD e de famílias atípicas precisam de normas específicas adequadas às suas realidades, para assegurar suas promoções e progressões, além de garantir as condições para o desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão.

O papel das ssind nessa luta é fundamental, assim como o de suas AJ.

Após a exposição, abrimos para o debate.

- Folder robusto com informações para as famílias atípicas, docentes PCDs e com doenças raras;
- Como reverter o código de vagas das(os) intérpretes e auxiliares de classe;
- Nossa tarefa é tirar do campo da direita o debate sobre família;
- Estudarmos as PL em curso que tocam nos direitos das famílias atípicas e com TEA;
- TDH é um transtorno reconhecido?

Uma revista especial da *Universidade e Sociedade* sobre os temas relacionados às PCD e às famílias atípicas;

- Incluir essas discussões no Encontro do Jurídico;
- Materiais de mídia com acessibilidade.

12h – Almoço.

Após o retorno do almoço, iniciamos o debate sobre as Resoluções do 68º CONAD, tendo como Coordenação Caroline Lima e como Relatoria Letícia Nascimento. Debatem os seguintes resoluções:

RESOLUÇÕES DO 43º CONGRESSO DO ANDES-SN

“4. Que o ANDES-SN, em parceria com suas seções sindicais e secretarias regionais, promova debates e ações sobre o abolicionismo penal, práticas antipunitivistas, desmilitarização das polícias, e a luta contra o encarceramento em massa, articulando-se com movimentos sociais.”

“15. Que o ANDES- SN e suas seções sindicais promovam a luta por ações afirmativas nos modelos de progressão na carreira de docentes nas Universidades, Institutos Federais e CEFETs.”

“18. Que o ANDES-SN em conjunto com as seções sindicais cobrem administrações as IES, IFs e CEFETs que cumpram o que está estabelecido na Lei Maria da Penha, não penalizando, revitimizando as vítimas de violência doméstica com exigência de documentação, inclusive com Processos Administrativos Disciplinares (PAD), garantindo o acolhimento imediato e quando for necessário licença saúde, medidas protetivas, remoção para outra instituição de ensino, com deliberação num período de máximo 15 dias.”

“22. Que o ANDES-SN construa uma campanha nacional de conscientização sobre as especificidades docentes vividas por docentes cuidadoras(es).”

RESOLUÇÕES DO 68º CONAD DO ANDES-SN

“6. Que o ANDES-SN fortaleça as discussões sobre políticas afirmativas para pessoas trans no ingresso e permanência em universidades, IFs e CEFETs, e também sobre o processo de organização e funcionamento das comissões de heteroidentificação no âmbito das políticas de cotas para essa população;”

“8. Que as seções sindicais pautem discussões sobre os desafios e os direitos das PCDs da categoria docente e famílias atípicas como espaço formativo e informativo, com o objetivo de organizar a categoria na disputa nas Universidades, IF e CEFET a garantia dos direitos previstas na Constituição Federal.”

Debatemos as resoluções, todas em curso; apresentamos previamente alguns encaminhamentos e tratamos da importância do envolvimento das seções sindicais para alcançarmos o objetivo de cumprir as resoluções nas seções sindicais e realizar o trabalho de base a partir delas.

17h – Lanche

17h30 – **O ANDES-SN em marcha por reparação e bem viver!**

Expositoras: Jacyara Paiva e Ana Lúcia;

Coordenação: Gracinete Bastos. Relatoria: Letícia Nascimento.

Ana Lúcia da Silva (FNMN) – Compõe o Fórum Nacional de Mulheres Negras; mestra em Ciências Sociais pela Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO).

Jacyara Paiva – 2ª secretária da Regional Leste do ANDES-SN; professora adjunta do Departamento de Linguagens, Cultura e Educação da Universidade Federal do Espírito Santo. Membro titular do CEP-ES (Conselho Estadual de Promoção da Igualdade Racial). Coordenou o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal do Espírito Santo (NEAB/UFES), gestão 2020/2021; foi vice-presidenta da Associação de Docentes da UFES (ADUFES), gestão 2021/2022; é diretora do ANDES-SN, gestão 2023/2025; presidenta da Banca Permanente de Heteroidentificação da Universidade Federal do Espírito Santo; coordenadora do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação Social e Educação Étnico-Racial (GEPSEER); docente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGPI).

A primeira a falar foi Jacyara Paiva, que destacou que a Marcha das Mulheres Negras é expressão histórica e política da luta do povo negro pela garantia de direitos, especialmente pela consolidação e defesa das cotas étnico-raciais. Em sua fala, a Marcha foi apresentada não apenas como um ato coletivo, mas também como parte do cotidiano da comunidade negra, que historicamente segue em marcha nas filas do transporte público, do SUS e nas políticas públicas, transformando a experiência da desigualdade em ação política. Ao afirmar que marchar é uma forma de existir e resistir, Jacyara articulou a luta pelas cotas raciais à trajetória permanente de organização do povo negro, ressaltando a necessidade de o ANDES-Sindicato Nacional fortaleça de forma contínua essa agenda da democratização do acesso à educação e a reparação histórica, em consonância com a Campanha “Sou Docente Antirracista”.

Em seguida, Ana Silva abordou o colorismo como uma expressão adaptada e persistente do racismo estrutural, que hierarquiza as pessoas negras a partir da cor da pele, produzindo desigualdades de acesso, reconhecimento e pertencimento. Sua fala destacou os diferentes lugares sociais da branquitude e da negritude, evidenciando a branquitude como posição histórica de privilégio, não racialização e centralidade social, enquanto a negritude se constitui como identidade política, histórica e coletiva, marcada pela resistência e pelos impactos diretos do racismo estrutural. Ao problematizar a falsa noção de democracia racial no Brasil, a intervenção reafirmou que o debate racial é estrutural e político, ressaltando a importância do reconhecimento dessas posições para enfrentar o pacto da branquitude, fortalecer a negritude e avançar na construção de uma justiça racial efetiva.

Após as falas, desenvolveu-se um amplo debate, no qual destacaram-se dois eixos centrais de reflexão e encaminhamento. O primeiro eixo destacou a necessidade de fortalecer de forma permanente a Campanha “Sou Docente Antirracista”, não apenas como instrumento de defesa do cumprimento das cotas raciais previstas na Lei nº 15.142/2025, mas também como parte de uma política de reparação, diante das reiteradas violações à legislação que historicamente excluíram docentes negras(os) do acesso às instituições de ensino. Nesse sentido, o debate ressaltou a urgência de enfrentar e impedir os mecanismos de burla nos concursos públicos, que seguem operando como estratégias de manutenção das desigualdades raciais. O segundo eixo concentrou-se na composição das bancas de heteroidentificação, apontando a importância de aprofundar o debate sobre a formação

étnico-racial do povo brasileiro à luz das violências do processo de colonização, como estratégia fundamental para o enfrentamento do persistente mito da democracia racial.

19h – Finalização.

24.11/2025 - Das 9h às 13h

Propostas para o 44º Congresso do ANDES-SN

Com a coordenação de Letícia Nascimento e a relatoria de Gracinete Bastos, a coordenação apresentou a sistematização dos pontos para debate em reunião de diretoria, visando à constituição dos temas que serão apresentados no Caderno de Texto.

- Debater, acumular e divulgar informações sobre o Fundo Nacional de Reparação Econômica e de Promoção da Igualdade Racial, acompanhando a PEC 27/24, com apoio da assessoria parlamentar.
- Reafirmar que a revogação do teto de gastos é condição fundamental para qualquer política pública estruturante. Exigir o REVOGAÇÃO!
- Incidir politicamente nas pautas de justiça climática, denunciando a violência estrutural e as chacinas que atingem populações periféricas, indígenas, quilombolas e ribeirinhas.
 - a) Faltando termo juventude negra;
 - b) Separar “justiça climática” da questão da violência estrutural;
 - c) Termo racismo ambiental no item de justiça climática.
- Acumular sobre o debate sobre quem compõe a população negra para fins de políticas de cotas, afirmando a universalidade política do ser negra(o), com foco em letramento racial e combate às distorções produzidas pelo racismo.
 - a) Debate sobre colorismo; negras(os); pardas(os); indicativo de acúmulo sobre o tema; mestiçagem;
 - b) Letramento racial – consciência racial; educação antirracista;
 - c) Debate sobre branquitude;
 - d) Painel do GTPCEGDS sobre o tema.
- Produzir um folder robusto com informações voltadas às famílias atípicas, docentes PCD e pessoas com doenças raras, garantindo plena acessibilidade: materiais audiovisuais; impressos; difundir pelas SSind.

- a) Cartazes que instrumentalizem o debate;
- b) Cartilha e não Folder (definir na diretoria e encarregatura de imprensa);
- c) Diálogo com o Fórum de doenças negligenciadas.
- Debater estratégias para reverter e garantir o código de vagas para concurso público de intérpretes, auxiliares de classe e profissionais de apoio, contribuindo para as condições de acessibilidade pedagógica nas IES.
- a) No texto de apoio, denunciar a bolsificação de estudantes para garantir acessibilidade para PCD.
- Aprofundar o debate sobre família na perspectiva dos direitos humanos, diversidade e justiça social. Combater o conservadorismo que produz estigmas e discriminações. Avançar na conscientização coletiva sobre como as condições de trabalho intensificadas e precarizadas afetam a convivência familiar e a reprodução social das(os) indivíduos(os).
- Estudar e acompanhar os PLs em tramitação que tratam dos direitos das famílias atípicas e TEA.
- Aprofundar o debate sobre o TDAH e suas implicações para políticas educacionais e de saúde.
- Organizar uma edição especial da *Revista Universidade e Sociedade* dedicada à PCD, famílias atípicas, cuidado, acessibilidade e impactos na carreira docente.
- Incluir todas essas discussões no Encontro Nacional do Jurídico do ANDES-SN, para orientar a ação jurídica e sindical.
- Produzir materiais de mídia acessíveis, garantindo comunicação inclusiva e alinhada ao projeto político do Sindicato Nacional, com vistas aos princípios da preservação digital, para garantir seu livre acesso à sociedade.
- Levantamento junto às SSind das vagas perdidas pela burla das IES na política de cotas nos concursos públicos; articulando a luta por reparação com a disponibilização de vagas; como as universidades estão tentando garantir a política de reparação das vagas.
- Criação, nas SSind, de comissão integrada entre os GT Carreira, GTPCEGDS e GTPE, para elaboração de propostas junto às Pró-reitorias de Gestão de Pessoas, ao setor responsável pelos concursos públicos e aos conselhos universitários, evitando o fracionamento de vagas.

- Campanha da ABPN: inclusão nos currículos de disciplinas que tratem das relações étnico-raciais.
- Que, na política de redistribuição de vagas, se respeite a política de cotas étnico-raciais.
- Que o ANDES-SN se posicione firmemente contra a perseguição a denunciante de casos de assédio, racismo, LGBTfobia e capacitismo nas Universidades, IFs, CEFETs e Colégios de Aplicação.
- Que o ANDES-SN fomente discussões sobre a criação de resoluções internas sobre direitos de docentes responsáveis por famílias atípicas nas Universidades, IFs, CEFETs e Colégios de Aplicação.
- Que o ANDES-SN pressione as universidades, IFs, CEFETs e colégios de aplicação que possuem políticas e normativas de prevenção e combate a assédios e violências, para que cumpram as determinações de seus documentos.

Após o debate em plenária, concordou-se com a sistematização, após a inclusão de algumas pautas. Finalizamos às 13h e partimos para a organização do ANDES-SN na II Marcha das Mulheres Negras em Brasília!

Brasília, 24 de novembro de 2025.

Coordenação do GTPCEGDS

Circular Nº 553/2025

ANEXO

Informes Grupo de Trabalho Política de Classe para as Questões Étnico-raciais, de Gênero e Diversidade Sexual - GTPCEGDS – RECEBIDOS VIA FORMULÁRIO

| Nº | SEÇÃO SINDICAL | RESPONSÁVEL PELOS INFORMES | INFORMES APRESENTADOS |
|----|----------------|--------------------------------|--|
| 1 | APROFURG | Tiago Dziekaniak Figueiredo | <p>Ações do GT Local GTPCEGDS da APROFURG</p> <p>O GTPCEGDS - Políticas de Classe para as Questões Étnico-raciais, de Gênero e Diversidade Sexual da APROFURG tem desenvolvido importantes ações voltadas à promoção da diversidade, da equidade e dos direitos humanos no âmbito sindical e universitário.</p> <p>Entre as principais atividades realizadas recentemente, destacam-se:</p> <p>1) Lançamento da Campanha “Diversidade nos une, luta e afeto nos fortalecem”, voltada a valorizar a pluralidade de identidades e a reafirmar o compromisso da APROFURG com o enfrentamento a todas as formas de discriminação.</p> <p>2) Roda de conversa sobre a temática da campanha, com a participação de representantes locais, promovendo um espaço de diálogo e troca de experiências sobre diversidade, acolhimento e respeito nas relações de trabalho e na vida universitária.</p> <p>3) Oficina “A coisa não tá preta, tá racista: linguagem e exclusão no cotidiano”, que discutiu termos do cotidiano que são racistas e utilizados com a intenção e muitas vezes só por reprodução social e cultural</p> <p>4) Aprovação, em assembleia da categoria, de cota racial na delegação ao Congresso do ANDES-SN, assegurando maior representatividade e contribuindo para ampliar o debate sobre ações afirmativas no estatuto do Sindicato Nacional.</p> |

| | | | |
|---|-------|-------------|---|
| | | | Essas ações integram o conjunto de iniciativas do GT Local GTPCEGDS que visam fortalecer o compromisso da APROFURG com a justiça social, a igualdade de oportunidades e a defesa da diversidade em todas as suas dimensões. |
| 2 | ADUFF | Susana Maia | <p>Reunião GTPCEGDS_Informes ADUFF</p> <ul style="list-style-type: none"> • 28 de outubro, Massacre nos Morros do Alemão e da Penha com o registro de mais de 120 mortos pela ação repressiva do Estado alimentada e referendada por uma política de extermínio do povo negro periférico. • No dia 31 de outubro, a partir de articulação da Regional do Andes, estivemos no ato unificado no Campo do Ordem, na Comunidade Vila Cruzeiro, na Penha (RJ), cujo mote era: "Chega de Massacre! Fora Cláudio Castro! Paz sem voz é medo!" • Participamos ainda de atividades no dia 5 e 10 de novembro, construídas no âmbito do Fórum de Servidores Públicos Federais do Rio de Janeiro reunindo a luta contra a Reforma Administrativa à denúncia da violência policial, com o mote "Onde faltam serviços públicos, sobra violência!" • Em articulação conjunto do GTPCEGDS, GTCA e Equipe de Comunicação, construímos uma Agenda da comunicação para o Novembro Negro. Entre as iniciativas, estamos fazendo uma mobilização para que professoras(es) negras e negros enviem um vídeo curto se apresentando, com o mote "sou docente negro e minha história constrói a UFF". A intenção é identificarmos onde estão esses docentes a fim de dar visibilidade e pensar estratégias de aproximação. • Realizamos no dia 18 de novembro um dia de atividades em conjunto com o SINTUFF (Sindicato de Técnico-administrativos da UFF) e o DCE para marcar o Novembro Negro na UFF. Uma das mesas discutiu sobre as "Cotas raciais e a garantia de acesso de estudantes e docentes na Universidade", com o debate sobre as comissões de heteroidentificação e a aplicação da lei de cotas para concurso na UFF, denunciando o número de vagas perdidas desde a promulgação da lei. Outra foi uma roda de conversa "Resistência frente a ação violenta do Estado sobre os corpos negros das periferias", com a presença de representantes das Mães da Maré, da Associação de moradores do Alemão, e da ouvidoria geral da Defensoria Pública do RJ. Reafirmamos nossa posição de repúdio à violência do Estado no Rio de Janeiro intensificada por uma política de extermínio da população negra nas periferias e irrestrita solidariedade às comunidades e moradores(as) que existem e resistem frente a violações cotidianas. • A Aduff participa da construção da Marcha Nacional das Mulheres Negras no estado do Rio de Janeiro desde as primeiras articulações, com representação do GTPCEGDS. Junto com a Regional Rio e outras |

| | | | |
|---|--------|-------------------|---|
| | | | <p>seções sindicais nos articulamos com outros sindicatos para articulação de um ônibus com professoras, técnicas-administrativas, estudantes e militantes de sindicatos e coletivos negros.</p> <ul style="list-style-type: none"> Em relação ao acompanhamento à implementação da lei de cotas docentes na UFF, criamos um grupo de trabalho no âmbito do GTPCEGDS a partir das deliberações do último Congresso, para avançar na direção do levantamento de vagas perdidas e cobrança junto à reitoria para estratégias de reparação. Vale destacar que em 2019 o GTPCEGS realizou pesquisa, debates e pressão junto à reitoria para alterações no formato da aplicação da lei de cotas (o que trouxe mudanças a partir dos concursos de 2020). No levantamento sobre as vagas perdidas, foram calculadas, aproximadamente 175, considerando os concursos realizados na última década. Esses números foram apresentados à reitoria solicitando a criação de estratégias para a reparação – ainda sem retorno. Temos intensificado o debate das Comissões de Heteroidentificação na UFF, enfrentando embates junto à Reitoria. Conseguimos a garantia de banca presencial para recursos, mas sem nenhum avanço em relação às denúncias de irregularidades na avaliação de bancas remotas. No próximo dia 24 de novembro vamos realizar um encontro de aprofundamento dos temas no Seminário de Questões Organizativas aberto à categoria, com o objetivo de situar as discussões no âmbito do Andes-SN a partir de seus espaços deliberativos. Temos intensificado as ações do Sindicato Itinerante nos campi fora de Niterói como estratégia de aproximação da categoria, levando assessoria jurídica e rodas de conversa com a categoria, mas também como estratégia de sindicalização. Ao todo temos 8 campi. A partir dessas visitas estamos desenvolvendo o Projeto UFF.doc, projeto de comunicação da ADUFF/SSind para falar sobre a realidade da Universidade a partir do olhar da categoria, considerando ações de ensino, pesquisa e extensão, condições de trabalho, realidade da multicampia, entre outros. <p>Representantes: Susana Maia e Aleksandra</p> |
| 3 | ADUFOP | Kathiuça Bertollo | <p>GTPCEGDS - Políticas de Classe para as Questões Etnicorraciais, de Gênero e Diversidade Sexual</p> <p>Caravana 2ª Marcha Nacional (de Caráter Internacional) das Mulheres Negras por Reparação e Bem Viver, A ADUFOP, o SINASEFE-IFMG e o DCE UFOP organizam uma caravana com docentes, técnicas/os e estudantes para participação na 2ª Marcha Nacional (de Caráter Internacional) das Mulheres Negras por Reparação e Bem Viver, em Brasília (DF). Está confirmada a participação de uma caravana com 65 mulheres. https://www.adufop.org.br/post/participe-da-marcha-das-mulheres-negras-em-bras%C3%ADlia</p> <p>ADUFOP participa do 7º Encontro Regional por um Novo Modelo de Mineração e 7ª Jornada Universitária de Debate na Mineração</p> |

| | | |
|--|--|--|
| | | <p>A ADUFOP, como entidade integrante da Frente Mineira de Luta das Atingidas e dos Atingidos pela Mineração (FLAMa-MG), atuou na organização e realização do 7º Encontro Regional por um Novo Modelo de Mineração e 7ª Jornada Universitária de Debate na Mineração, com uma programação concentrada entre os dias 2 e 8 de novembro e uma programação estendida desde outubro, e que segue até o final deste mês.</p> <p>https://www.adufop.org.br/post/adufop-participa-do-7%C2%BA-encontro-regional-por-um-novo-modelo-de-minera%C3%A7%C3%A3o-e-7%C2%AA-jornada-universit%C3%A1ria</p> <p>A ADUFOP tem contribuído para que as mulheres do Quilombo de Gesteira participem de inúmeras atividades na região. A aproximação da luta das mulheres quilombolas da região e a luta sindical docente tem se aproximado e se potencializado mutuamente.</p> <p>A ADUFOP contribuiu para a realização do evento “Aquilombar” realizado no dia 20 de novembro em Ouro Preto que pautou o Dia Nacional da Consciência Negra.</p> <p>https://www.adufop.org.br/post/adufop-apoia-o-encontro-aquilombar-ouro-preto</p> <p>A ADUFOP contribuiu para que uma caravana de Ouro Preto e Mariana se dirigisse para o Quilombo de Gesteira para a realização de um mutirão de limpeza (especialmente nas ruínas da comunidade atingida pelo rompimento/crime da barragem de Fundão), construção e revitalização.</p> <p>https://www.instagram.com/p/DQCONLDjo2T/?igsh=NnFmaHd0d3NsaTN3</p> <p>Está aberta a chamada para o Caderno de Textos ADUFOP vol. 2, que pretende abordar diferentes temáticas em torno da universidade pública, do enfrentamento ao racismo, machismo, capacitismo, da carreira docente, das lutas no contexto da ADUFOP, etc.</p> <p>https://www.adufop.org.br/ca</p> |
|--|--|--|